

## Educação Musical na Bahia: perspectivas e articulações pedagógicas para o ensino de música

*Edineiram Maciel*

Universidade Estadual da Bahia  
edi.maciel@gmail.com

*Simone Marques Braga*

Universidade Estadual de Feira de Santana  
moninhabraga@gmail.com

*Mônica Cajazeira Vasconcelos Santana*

Universidade Estadual de Feira de Santana  
moncajazeirapiano@gmail.com

*Bruno Westermann*

Universidade Estadual de Feira de Santana  
brwestermann@gmail.com

*Maria Luiza Santos Barbosa*

Prefeitura Municipal de Salvador/ UEFS  
mluizasb@yahoo.com.br

*Maurício Dória*

Prefeitura Municipal de Salvador  
maudoria@gmail.com

**Resumo do simpósio:** O presente simpósio tem como objetivo discutir as ações referentes ao ensino de música no estado da Bahia. O primeiro trabalho apresentará os resultados obtidos com as discussões no Fórum de Educação Musical da Bahia, evento realizado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e que contou com a participação de professores e estudantes dos cursos de licenciatura em música das unidades de ensino superior, bem como os professores das redes estaduais e municipais. Participantes de outros estados também apresentaram pesquisas e relatos de experiências das suas práticas. O segundo trabalho apresentará as contribuições geradas através da parceria estabelecida entre o Subprojeto Musicando a Escola, pertencente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), com o Colegiado do curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) para o ensino de música escolar feirense. Os resultados preliminares das ações estão emergindo reflexões e discussões acerca da matriz curricular do curso, bem como a análise das atividades desenvolvidas e o ensino de música escolar local. O terceiro trabalho tem como finalidade apresentar as ações políticas da educação musical no município de Salvador e a elaboração dos marcos de aprendizagem. Antes de ser aprovada a Lei 11.769/08, já havia professores de música nas escolas regulares do município

de Salvador e desde 1999 o concurso público se alinhou às demandas solicitadas pela nova LDB. Para auxiliar os professores, foram elaborados os marcos de aprendizagem, que apresentam pressupostos metodológicos e fundamentação teórica consistentes para o ensino, abrangendo os diversos conteúdos nas diferentes áreas do conhecimento. Com o resultado final dessas discussões, espera-se ações afirmativas para o fortalecimento do ensino de música na escola básica do estado.

**Palavras chave:** Educação Musical, FEMBA, PIBID, Marcos de Aprendizagem, Formação de Professores.

## O FÓRUM DE EDUCAÇÃO MUSICAL DA BAHIA - FEMBA

*Edineiram Maciel*  
Universidade Estadual da Bahia  
edi.maciel@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho apresenta o Fórum de Educação Musical da Bahia – FEMBA, criado em 2012 como forma de garantir o ensino de música nas escolas de Educação Básica do Estado. Tem como objetivo contribuir com a discussão da implementação da Lei 11.769/08 a partir dos resultados do **Fórum de Educação Musical** criado na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em 2012, numa ação conjunta da ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical, UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Universidade Federal da Bahia, UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana e FACESA – Faculdade Evangélica de Salvador. Os resultados dos três eventos realizados pelo Fórum são apresentados neste trabalho, esperando contribuir para a inserção da educação musical nas instituições de ensino no estado da Bahia.

**Palavras chave:** Educação Musical, Fórum, Ensino de Música

### Introdução

Desde 2011 a música constitui conteúdo obrigatório do componente curricular Arte, nas escolas da educação básica do Brasil. Isto é o que garante a Lei 11.769, promulgada em agosto de 2008. Isto é o que esperam os educadores musicais, artistas, produtores musicais, políticos que se empenharam para esse fim. Isto é o que nós, educadores musicais, temos certeza de que nossas crianças e jovens precisam para que sua formação escolar seja mais completa, que lhes seja dada a oportunidade do acesso a essa área de conhecimento, negada por tantas décadas a tantas gerações que passaram pelas instituições escolares.

Entretanto, toda essa constatação nos remete a perceber alguns entraves para a implementação da legislação. Entre esses entraves, destacam-se: o que ensinar, como ensinar, quem vai ensinar.

Este trabalho tem como objetivo contribuir com essa discussão a partir dos resultados do **Fórum de Educação Musical** criado na Bahia em 2012, numa ação conjunta da ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical, UNEB– Universidade do Estado da Bahia,

UFBA – Universidade Federal da Bahia, UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana e  
FACESA – Faculdade Evangélica de Salvador.

### **O Fórum de Educação Musical**

O **Fórum de Educação Musical da Bahia** se insere no contexto de ações nacionais para dar suporte acadêmico à implementação da Lei complementar nº 11.769, instituindo a obrigatoriedade do ensino da Música na Educação Básica. Propõe-se a discutir políticas públicas, formação de professores e fundamentação teórica e prática para garantir a inserção da aula de música em todos os ciclos da Educação Básica, desde a educação infantil até o ensino médio, no Estado da Bahia.

Tem como objetivos norteadores:

- Analisar e compreender o que propõe a Lei 11.769;
- Traçar o diagnóstico da situação da educação musical no estado;
- Discutir a implementação da Lei 11.769 no estado, levantando as necessidades e traçando metas para a sua viabilização;
- Propor políticas públicas no que se refere à inclusão da música no currículo da educação básica.

Sendo um espaço de pesquisa e produção acadêmica, troca de saberes e experiências práticas, discussão e formulação de propostas, promove várias modalidades de intercâmbio, debate e construção científica:

- Conferências e palestras com convidados (inter)nacionais: pesquisadores e professores atuantes na construção e excelência da Educação Musical no Brasil;
- Mesas de debate temático com pesquisadores, músicos, professores e educadores musicais, podendo ser representantes de universidades, escolas e projetos socioculturais do Terceiro Setor;

- Painéis e posters temáticos que apresentam resultados e projetos em andamento de diversos contextos e espaços da educação musical na Bahia e de outros lugares no Brasil;
- Grupos de trabalho (GTs) que se concentram no diagnóstico da situação da educação musical no estado da Bahia, levantando necessidades e gerando propostas para implantação da Lei 11.769 nos sistemas de ensino básico do estado, e atendendo à demanda da formação de professores e educadores musicais.
- Apresentações de grupos musicais ou solistas das escolas de educação básica e escolas de música do estado da Bahia, como também de projetos socioculturais e musicais de Terceiro Setor.

Os Grupos de Trabalho – GT estão organizados em cinco temáticas, a saber: formação de professores, políticas públicas, pesquisa e pós-graduação, diversidade e identidade cultural, educação especial e currículo. O GT sobre currículo foi subdividido de acordo com os segmentos da educação básica, ou seja: educação infantil, ensino fundamental I (anos iniciais), ensino fundamental II, ensino médio e técnico, educação de jovens e adultos (EJA). Seguem uma mesma proposta de trabalho, devendo fazer um levantamento do que existe no estado ou nos municípios no que diz respeito ao tema em discussão, listar o que necessita ser feito e apresentar propostas para o atendimento a essas necessidades a curto, médio e longo prazo.

### **Atividades do Fórum**

O Fórum promoveu três eventos, dois em 2012 e um em 2013. O primeiro, em âmbito regional, aconteceu no Território de Identidade de Irecê – TII, nos dias 1 e 2 de junho, e foi promovido pelo Núcleo de Arte Educação – N'ARTE do Campus XVI da Universidade do Estado da Bahia. O segundo e o terceiro, em âmbito estadual, aconteceram em 2012 e 2013, no Campus I da UNEB, em Salvador, promovido por um coletivo de professores de música das instituições citadas acima e de escolas do ensino básico, públicas

e privadas. Apesar de ter acontecido em três edições, é considerado como um único evento, já que tiveram as mesmas motivações, os mesmos objetivos e a mesma configuração. Além da razão de não pretender ser um momento estanque, mas um ponto de partida para uma ação contínua no estado da Bahia em prol da educação musical na escola.

Foi motivado pela necessidade de discutir a implantação e implementação da Lei 11.769 nas escolas de educação básica do estado da Bahia. Dos eventos participaram secretários de educação municipais, gestores da educação básica estadual e municipal, professores de música da educação básica e do ensino superior, professores da educação básica, estudantes de graduação (Música, Pedagogia, Artes e Letras).

Os resultados desses três momentos são apresentados neste trabalho, esperando contribuir para a inserção da educação musical nas instituições de ensino no estado da Bahia.

Além dos eventos gerais, outras atividades são desenvolvidas pelos participantes, como o contato com Secretarias de Educação (estadual e municipais), gestores da educação básica, sindicatos de professores e de donos de escolas privadas, instituições de pesquisa e de formação de professores, associações de categorias, como professores da educação básica, professores de arte, professores de música.

Está em fase de implantação o Portal do Fórum, que se propõe a manter as atividades permanentes, onde os usuários poderão apresentar trabalhos, discutir as questões da docência em música, trocar experiências e dessa forma possibilitar um trabalho de Educação Musical mais consistente em todo o estado.

### **Visão geral da realidade do ensino de música nas escolas da Bahia**

É indiscutível a influência da música na vida das nossas crianças e jovens. A música se faz presente em diferentes momentos da vida diária, e como não poderia deixar de ser, se faz presente na escola. Assim não podemos dizer que temos uma escola sem música. Podemos percebê-la, por exemplo, nas classes de Educação Infantil onde as canções de rotina e de comando ainda são bastante utilizadas. Nas festas e comemorações escolares, a

música está presente, na maioria das vezes com a reprodução de gravações que as crianças e adolescentes são estimulados a acompanhar, cantar e dançar junto, sem a preocupação com a apreciação, percepção e aprendizagem musical. Algumas dessas apresentações acabam por parecerem até grotescas e desprovidas de senso estético. A música também se faz presente nas escolas para reforçar conteúdos de outras áreas, sendo dado destaque à letra, e não à música em si. Ela ainda se faz presente na hora do recreio e nas horas de chegada e saída das aulas, quando podemos perceber estudantes com os fones de ouvido e cantarolando o último sucesso da mídia fonográfica.

Com o desenvolvimento digital, as mídias tornaram-se mais flexíveis, multifuncionais e acessíveis, ou seja, elas perderam o caráter estático e de monopólio, como o controle dos pais, e passaram a permitir o uso individual e o controle ilimitado. Assim, adaptaram-se sem dificuldades às atividades de crianças e jovens, indo ao encontro de seu desejo de independência e liberdade. Os aparelhos migraram de mídias de eventos, que apenas emitiam informações, para mídias comunicativas, de interação, que não apenas sustentam as múltiplas necessidades de comunicação, mas também as estimulam e apóiam, como, por exemplo, o celular, que, além da portabilidade e mobilidade, possibilita armazenar e compartilhar músicas, ou o computador, que se torna um instrumento de qualificação de “competência midiática” – mesmo quando é utilizado para brincar, enviar e-mail, bate-papo, navegar ou baixar música. (SOUZA, 2008:9)

A música está presente também nas ruas e praças dos nossos municípios, nos festejos populares, nas comemorações cívicas e de datas especiais, nos espaços de lazer e de convivência. Em qualquer evento de qualquer grupo social, a música se faz representar. No encontro realizado em Irecê, foram relacionados eventos que acontecem no âmbito do Território onde a música é o motivo principal:

O Festival de Primeiras Águas, que já se encontra na 9ª edição e acontece em Barro Alto, organizado pelo STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) deste município, e tem como objetivo resgatar a cultura popular e estimular às novas gerações a manter as tradições de sua terra, como a chula, o reisado, samba, cantigas de roda, entre outros; o Festival de Música Caipira em Fazenda Nova, povoado de Irecê, evento que reúne cantadores e violeiros de vários municípios e é sempre seguido por rodas de viola, acontece há quatro anos, sempre no mês de setembro; o Encontro de Prosadores de Jussara acontece apenas há dois anos, com o objetivo de divulgar e compartilhar a música, o cordel, os causos, a prosa e os poemas

dos artistas regionais; o Instrumental Show, organizado pelo Centro de Música Dom Divino, há quatro anos está sendo realizado em Irecê e, diferente dos demais eventos citados até agora, é um evento urbano que tem a participação de músicos e instrumentistas de várias cidades que interpretam músicas dos mais diversos gêneros e estilos; a Cantoria de São Gabriel, é a maior festa de música regional do Território de Identidade de Irecê, sendo realizada há vinte e dois anos e já possui características de uma festa urbana, tem um público fiel e reúne ilustres nomes da música regional e da MPB, e pessoas dos mais diversos lugares do Brasil. A Cantoria é uma junção de música, poesia, dança popular, teatro e circo. (BARRETO, 2012:7)

Esta é a realidade de apenas 21 municípios do estado da Bahia, onde violeiros, cantadores, compositores, luthiers, artesãos que criam e fabricam instrumentos musicais estão lado a lado com bandas de rock, de axé, de pagode, funk, grupos de música sertaneja, de forró, de MPB, de samba, e tantos outros estilos e gêneros musicais que acontecem nas diferentes regiões.

A música está viva nas escolas e na vida dos estudantes. E a educação musical, está? De que maneira toda essa produção está, ou pode estar presente nas escolas?

Nas atividades do Fórum, nas duas edições, foi constatado que em grande parte das escolas a música ainda não faz parte do currículo como conteúdo específico. Algumas exceções podem ser citadas, principalmente na rede privada e, em sua maioria, nas classes de educação infantil. A rede municipal de Salvador desde 2009 faz concurso específico para as 4 linguagens da disciplina Arte, e conseqüentemente para Música, mas ainda não existe um professor de música em cada escola. Num trabalho coletivo, esses professores construíram a proposta pedagógica para o ensino de Arte na rede municipal de Salvador, material que ainda não foi publicado, mas que já serve de orientação para a prática pedagógica.

A rede estadual mantém características da polivalência. Assim, o trabalho com música é realizado de forma independente pelo professor de Artes que é licenciado em Música. São ações pontuais, práticas pedagógicas isoladas do coletivo da rede estadual. Alguns professores participantes do Fórum em Salvador puderam relatar de que maneira desenvolvem o trabalho com educação musical, e foram unânimes em dizer que o trabalho

não é visto nem reconhecido pela Secretaria de Educação. Como atividade específica de música, a Secretaria desenvolve anualmente o projeto denominado FACE – Festival da Canção Estudantil, premiando estudantes que compõem canções e concorrem no Festival.

Podemos perceber que ainda existe um longo caminho a percorrer para que a educação musical esteja efetivamente nas escolas da Bahia. E a grande preocupação do Fórum, nas três edições, foi com a formação de professores, o que discutiremos a seguir.

### **Formação de professores de música**

Em todo o estado da Bahia, encontramos apenas quatro cursos de Licenciatura em Música: o oferecido pela Escola de Música da UFBA, o do Instituto de Música da UCSAL – Universidade Católica do Salvador, o da FACESA – Faculdade Evangélica de Salvador, e recentemente o da UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana. Dessa forma, a quantidade de professores de música que saem das universidades anualmente não ultrapassa meia centena, número bastante distante da necessidade do estado. E, além disso, três desses cursos são oferecidos em Salvador, e um em Feira de Santana, ou seja, num raio de cem quilômetros, limitando o acesso aos que residem ou podem vir a residir nessas cidades.

Uma das propostas do Fórum é que se faça um levantamento da necessidade real de professores para atender o estado, para que se possa pensar em programas e criação de cursos de formação.

Esta necessidade de formação estende-se ao professor unidocente – o pedagogo – que trabalha com as classes de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Estes professores na sua maioria não tiveram no currículo do curso de Pedagogia alguma disciplina que trate da educação musical. O curso de Pedagogia da UNEB oferece a disciplina, e, também recentemente, o Departamento de Educação – Campus I da UNEB também incluiu a disciplina Iniciação Musical no currículo. Nos demais cursos oferecidos pelas dezenas (ou quem sabe, centenas) de Instituições de Ensino Superior - IES, públicas ou privadas, em todo o estado, que oferecem o curso de Pedagogia, existe a disciplina Arte e Educação que,

necessariamente não trata do ensino de música, não constando das ementas dessas disciplinas a proposta para o trabalho com música. Surge então mais uma questão: alteram-se os currículos dos cursos de Pedagogia para que os professores possam trabalhar também essa área do conhecimento nas suas classes? Mas, onde estão os professores de música das universidades? A UNEB é um exemplo claro dessa carência: em todos os 29 departamentos da Universidade, distribuídos nos 27 campi, encontramos apenas três professoras de música, sendo duas em Salvador e uma em Irecê .

O Fórum propõe então programas especiais de formação continuada, tanto em nível de graduação como em nível de complementação. Em nível de graduação, foi apresentada a proposta do curso de Licenciatura em Música através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, que atenderia às redes públicas de ensino. Entretanto, essa solução emergencial não anula a necessidade de criação de cursos regulares de Licenciatura em Música nas Universidades e IES da Bahia.

## Referências

BARRETO, Aline Martins. Educação musical no Território de Identidade de Irecê: realidade e perspectivas. **I Fórum de Educação Musical da Bahia**. Salvador: 2012

SOUZA, Jusamara (org.) **Aprender e ensinar música no cotidiano**. Porto Alegre: Sulina, 2008

**O PIBID e a Licenciatura em Música da  
UEFS:  
Diálogos e contribuições para o ensino de música escolar em Feira de  
Santana**

*Simone Marques Braga*

Universidade Estadual de Feira de Santana Instituição  
moninhabraga@gmail.com

*Mônica Cajazeira Vasconcelos Santana*

Universidade Estadual de Feira de Santana Instituição  
moncajazeirapiano@gmail.com

*Bruno Westermann*

Universidade Estadual de Feira de Santana Instituição  
brwestermann@gmail.com

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar as contribuições geradas através da parceria estabelecida entre o Subprojeto Musicando a Escola, pertencente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) com o Colegiado do curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual de Feira de Santana (COLMUS) para o ensino de música escolar feirense. Os resultados preliminares das ações estão emergindo reflexões e discussões acerca das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para o curso, as ações refletidas nestas atividades acabam fazendo o papel de complementar a formação docente, ao fornecer uma prática, que muitas vezes não é vivenciada da mesma forma que em outras ações acadêmicas. Apesar das atividades de extensão se destacar, através das parcerias estabelecidas entre o PIBID e as escolas públicas locais, é na atividade de pesquisa que pode ser notada, de forma intensificada, a contribuição da parceria PIBID/COLMUS. Enquanto que nas atividades de ensino é reavaliada e adaptada a matriz curricular para uma formação voltada para Educação Básica, a inserção dos envolvidos no Subprojeto nas escolas locais é que está viabilizando as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Contemporâneos em Música. A partir da atuação do PIBID nas escolas, é possível detectar situações e objetos de investigação, assim como coletar e analisar dados relevantes.

**Palavras chave:** contribuições, ensino de música escolar, PIBID.

## **Introdução**

O município de Feira de Santana se destaca pela tradição do ensino de música em

instituições variadas a exemplo de escolas especializadas, filarmônicas e práticas vinculadas às instituições religiosas. Contudo, falta uma tradição do ensino de música em atividades curriculares na rede pública de ensino. Este quadro sinaliza para questões a serem discutidas no âmbito do município feirense, no que se refere à efetivação da Lei 11.679/2008.

Esta efetivação perpassa pela formação inicial e continuada de professores de música, além de iniciativas da inserção do ensino de música escolar na rede pública de ensino. Nesta perspectiva, o Subprojeto Musicando a Escola, pertencente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em parceria com o Colegiado do curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual de Feira de Santana (COLMUS) traz contribuições locais significativas no tocante à formação inicial e continuada na área e ao ensino de música escolar da rede pública, sobretudo, através do desenvolvimento de atividades curriculares no componente curricular Arte. Com o objetivo de apresentar algumas dessas contribuições promovidas a partir desta parceria, o artigo também aborda algumas questões intrínsecas nas atividades desenvolvidas.

### **A escola e a formação de professores de música**

No que se referem ao âmbito legal, as políticas públicas brasileiras de formação de professores têm se voltado para a educação básica, por meio de panoramas e modalidades diferentes, em caráter presencial ou a distância. Este direcionamento é efetivado desde as ações das licenciaturas à criação de programas vinculados e apoiados pelo Ministério da Educação, em parceria com Secretarias de Educação Estaduais e as Instituições de Ensino Superior, a exemplo do Programa de Consolidação das Licenciaturas (BRASIL, 2007a), o Plano Nacional de Formação de Professores (BRASIL, 2001), Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2005) e Programa Pró-Licenciaturas (BRASIL, 2005) e Universidade Aberta do Brasil (Decreto 5.800/2006).

Entretanto, a falta de políticas públicas brasileiras quanto à regulamentação do ensino de

música inserido no currículo não favoreceu o desenvolvimento de uma tradição de se ensinar música na escola, sobretudo, nas escolas da rede pública. Este dado torna-se um desafio quanto à formação inicial voltada para este espaço. A lacuna das políticas públicas influenciou o distanciamento dos profissionais da área com este campo de atuação, ao refletir em iniciativas reduzidas do ensino musical inserido na matriz curricular escolar. Tal desafio interfere diretamente nas concepções de formação inicial.

Nesta perspectiva, Pérez Gómez (1995) defende que a construção do pensamento prático do professor, articulado com os conceitos de escola, ensino e currículo, tornam-se importantes para esta formação por possibilitar a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem escolar, ao passo em que se criam condições para promover a qualidade do ensino na instituição escola. Já Bellochio (2003, p. 23) propõe que “é preciso investir em projetos integrados entre as instituições formadoras e a escola. Uma forma de concretização desses trabalhos é via investigação-ação educacional em pesquisas compartilhadas”.

Além das pesquisas, Sobreira (2008) aponta para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID). Sobre esta iniciativa, Montandon (2012) considera o PIBID como parte das alterações político-administrativas educacionais brasileiras que visam apoiar e auxiliar a qualidade do ensino na escola básica. Todavia, uma das principais contribuições do programa é aproximar os discentes de licenciatura com a educação básica, antes mesmo de enfrentarem uma sala de aula, onde muitas vezes, proporciona insegurança, medo e desmotivação para esse espaço de ensino.

Segundo Raush e Frantz (2013, p.621), a falta de aproximação entre a formação inicial com o cotidiano escolar, geralmente, “impossibilita os licenciandos de compreenderem as relações humanas que se constroem na dinâmica interativa e peculiar de cada instituição, movidas pelos processos de aprender e de ensinar, elementos essenciais ao papel da escola”. Logo, o programa, que é uma iniciativa governamental gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com as instituições de ensino superior (IES) e as escolas da educação básica, visa favorecer a formação inicial dirigida à escola.

Sobre o espaço escolar, Pérez Gómez (1995) defende que este oferece condições para o desenvolvimento de conhecimentos práticos, os quais devem ser articulados com os conhecimentos teóricos desenvolvidos na universidade. Sendo assim, ao propiciar aos licenciandos, o contato com o ambiente e a dinâmica escolar, sobre a supervisão de um professor atuante na rede pública e em colaboração com o professor da licenciatura (coordenador de área), o PIBID se faz uma ferramenta de mobilização para reflexões e proposições para as práticas educativas e sociais na escola, além de contribuir com as ações a serem realizadas pelos cursos de licenciatura em música.

### **O diálogo entre Subprojeto Musicando a Escola e o COLMUS**

O Projeto Político Pedagógico do COLMUS em consonância com os programas já citados, documentos e legislação educacional para os cursos de licenciatura prevê a necessidade da formação voltada para a educação básica, sobretudo, para a rede pública de ensino local. Todavia, há questões a serem consideradas para a efetivação desta formação dirigida à escola no âmbito feirense, quais sejam: 1) formação voltada para a realidade educacional local; 2) carência de professores da área atuando na rede pública local; 3) raras iniciativas de inclusão do conteúdo música em práticas curriculares na rede pública de ensino.

De certa forma, as questões se relacionam, pois se há carência de professores da área atuando em escolas da rede pública, conseqüentemente raras serão as iniciativas do ensino de música em caráter curricular, o que reflete na dificuldade em se consolidar a realização do Estágio Supervisionado, que influencia diretamente na efetivação de uma formação inicial dirigida a escola pública.

A primeira questão diz respeito à efetivação de uma formação condizente com a realidade local. É necessário aproximar e conhecer a escola pública local para construir ações formativas contextualizadas a realidade feirense. A aproximação, além de ser benéfica para o subprojeto, aponta para as ações a serem realizadas pelo COLMUS em duas esferas, uma envolvendo a situação real das escolas, e a segunda de como efetivar

uma das principais atividades do curso, a realização do Estágio Supervisionado.

Sobre a situação do ensino local, o subprojeto possibilita o acesso ao seu conhecimento, sobretudo, pela história do curso, iniciado em 2011, um ano antes da criação do Subprojeto. Desta forma, foi possível detectar que o componente curricular Arte tem caráter de complementação de carga horária para os professores com a formação da área de Letras. Este dado reflete na segunda questão que diz respeito à carência de professores com a formação na área que atuam na rede pública de ensino. Vale ressaltar que a Lei 11.769/2008, ao qual estabelece a obrigatoriedade do conteúdo música, mas não exclusivo, no componente curricular Arte, já deveria estar em vigor em todas as escolas brasileiras.

Consequentemente, a carência de professores com a formação específica gera um distanciamento com o que a referida legislação estabelece ao sinalizar para a terceira questão, que é a inexistência da abordagem do conteúdo música e a adoção de propostas educacionais equivocadas no componente Arte, quais sejam: 1) extensão do componente curricular Português, por meio do desenvolvimento de conteúdos de Literatura; 2) desenvolvimento de conteúdos de História da Arte; 3) desenvolvimento de conteúdos e atividades baseadas na concepção do “professor polivalente”, defendida na Lei 5.691/1971, na tentativa de contemplar variadas linguagens artísticas; 4) supervalorização de projetos pontuais, em caráter extracurricular, desconectados com o trabalho desenvolvido em sala de aula.

Passo a passo, as ações conjuntas do subprojeto e do COLMUS vêm contribuindo para as questões levantadas, ao deparar com a responsabilidade de fomentar tanto a profissionalização voltada para este contexto, tanto no que se trata da formação inicial (licenciandos de música) como na formação continuada (docentes que atuam nas escolas públicas no componente Arte). O COLMUS tem incentivado o programa, ao motivar a inserção dos discentes, desde o começo de sua trajetória acadêmica (a partir do primeiro semestre do curso), através da parceria com o programa.

A parceria tem sido feita por meio do diálogo entre ações administrativas do Colegiado do curso com atividades de pesquisa, de ações promovidas por professores do

curso, a exemplo do recém criado programa de ensino instrumental a ser desenvolvido nas escolas municipais e atividades de ensino promovidas coletivamente, envolvendo COLMUS, componentes curriculares, sobretudo, o Estágio Supervisionado e o Subprojeto, a exemplo da promoção de seminários, apresentações musicais, mesa redonda, conferências, comunicações orais e painel de produções científicas, entre outros.

Em relação ao Subprojeto, apesar de atuar em uma quantidade limitada de escolas (quatro da rede estadual e uma da rede municipal), com a participação de trinta e dois bolsistas, cinco professores supervisores e duas coordenadoras de área, as ações desenvolvidas ecoam na rede pública de ensino, em outras escolas, na atuação dos professores supervisores envolvidos em outros contextos educacionais as quais atuam, no próprio curso de Licenciatura, uma vez que grande parte das atividades são voltadas para todo o curso. E é por sua atuação que são gerados reflexos em outros contextos e as questões locais são detectadas, transformando em objetos de pesquisa.

Sobre a pesquisa, atualmente o Grupo de Estudos Contemporâneos em Música desenvolve duas pesquisas as quais se articulam com a formação docente voltada para a escola. A primeira tem como objetivo verificar a motivação dos licenciandos para a atuação profissional na escola, assim como, a motivação dos estudantes da Educação Básica para o ensino de música. Já a segunda, objetiva mapear o ensino de música escolar e analisar práticas pedagógicas musicais desenvolvidas em caráter curricular. Pelo PIBID é possível desenvolver tais pesquisas, que apontam para questões a serem consideradas para a atuação do PIBID nas escolas, o que também facilita o processo de construção do componente curricular Estágio Supervisionado.

Neste sentido, o diálogo estabelecido entre o Subprojeto e o COLMUS tem contribuído para efetivar não só o contato com as escolas, mas possibilitar a ampliação das escolas parceiras para a realização dos estágios discentes, além de servir de laboratório para os estágios de observação, contribuir para a formação continuada de professores que ministram o componente curricular Arte, já que estes passam também a supervisionar os estagiários, além de favorecer o conhecimento da situação do ensino de Arte local.

Ainda sobre o Estágio Supervisionado, a contribuição das atividades do Subprojeto se faz presente em outras situações. Nos estudantes de Estágio Supervisionado I, percebe-se que os que atuam no subprojeto conseguem ter mais sucesso na articulação entre o proposto em sala com a realidade escolar, justamente por já terem conhecimento do contexto. Já nos estudantes de Estágio Supervisionado II, é nítida que estes já possuem melhor desenvolvidas as capacidades de construção de um planejamento, da criação do documento escrito a sua reflexão na atuação em sala de aula.

Já nos componentes de Estágio Supervisionado III e IV, nas quais os estudantes atuam na educação básica, o conhecimento construído por meio das atividades do PIBID é mais latente. Isso porque os discentes já estão inseridos na escola básica, atividade já realizada dentro do subprojeto. Assim, muitas das habilidades necessárias para a atuação docente nesse contexto, que só são construídas na própria prática docente, já estão em processo de construção.

A relação entre fundamentação teórica e atividades práticas também é visível, visto que muitas das habilidades necessárias para a atuação docente nesse contexto, que só são construídas na própria prática docente, já estão em processo de construção. Para os estudantes atuantes no subprojeto, o ambiente da escola básica já não é uma novidade, como para outros estudantes, estes já estão próximos com o ensino local.

### **Considerações finais**

Conhecer o futuro campo de atuação com todas as suas especificidades, vantagens e dificuldades traz benefícios para os discentes e docentes da UEFS. Em relação aos professores, é preciso que tenham aproximação com a realidade das escolas parceiras para propor as ações e orientações desenvolvidas nas atividades de ensino em consonância com a situação real das escolas locais, sobretudo, as referentes ao Estágio Supervisionado.

Neste sentido, o PIBID auxilia o COLMUS a se aproximar da escola local, além de complementar a formação docente, ao fornecer uma prática que muitas vezes não é

vivenciada da mesma forma que em outras atividades acadêmicas. Vale ressaltar que a atuação docente nas escolas é pautada nas possibilidades de acesso profissional na educação básica amparada pelas políticas atuais. No âmbito estadual, legalmente o acesso docente é realizado por meio de concurso para o componente curricular Arte, daí a importância das atividades do subprojeto serem realizadas em caráter curricular neste componente.

Em contrapartida, o apoio do COLMUS garante uma maior abrangência das atividades desenvolvidas pelo subprojeto através dos eventos em caráter formativo para a comunidade feirense, quase sempre realizadas no espaço universitário, como forma de reaproximar os professores da educação básica envolvidos ao universo acadêmico. Além do que, a parceria estabelecida gera ações para o curso que busca não só promover a formação inicial e continuada, mas também a efetivação do ensino de música escolar, sobretudo, através de atividades curriculares nas aulas de Arte. A parceria também favorece reflexões e discussões acerca da matriz curricular do curso, bem como a análise das atividades desenvolvidas que acabam fazendo o papel de auxiliar os licenciandos a melhor compreender as teorias e concepções de Educação Musical apresentadas na universidade, ao favorecer novas reflexões e discussões nas aulas sobre as possibilidades da aplicação destes conhecimentos na escola.

## Referências

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A formação profissional do educador musical: algumas apostas. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 8, 17-24, mar. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. *Decreto nº. 5.800*, de 08 de Junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

BRASIL. *Pró-docência Programa de Consolidação das Licenciaturas*. Brasília, DF: MEC; SESU; DEPEM, abr. 2007a.

\_\_\_\_\_. *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica*. Brasília, 2005.

MONTANDON, Maria Izabel. Políticas públicas para a formação de professores no Brasil: os programas Pibid e Prodocência. *Revista da ABEM*, Londrina, V. 20, n. 28, 47-60, 2012.

PÉREZ GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A.(Org.) *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

RAUSH, Rita B.; FRANTZ, Matheus J. Contribuições do pibid à formação inicial de professores na compreensão de licenciandos bolsistas. *Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME*, v. 8, n. 2, p.620-641, mai./ago. 2013.

SOBREIRA, Sílvia. Reflexões sobre a obrigatoriedade da música nas escolas públicas. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 20, 45-52, set. 2008.

## Panorama político da educação musical no município de Salvador: aspectos históricos da construção curricular

*Maria Luiza Santos Barbosa*  
Prefeitura Municipal de Salvador/ UEFS  
mluizasb@yahoo.com.br

*Maurício Dória*  
Prefeitura Municipal de Salvador  
maudoria@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem como finalidade apresentar as ações políticas da educação musical no município de Salvador e a elaboração dos marcos de aprendizagem. Antes de ser aprovada a Lei 11.769/08, já havia professores de música nas escolas regulares do município de Salvador e desde 1999 o concurso público se alinhou às demandas solicitadas pela nova LDB. Aproximadamente, o número de professores de música na rede municipal atualmente chega a noventa. Para auxiliar os professores foram elaborados os marcos de aprendizagem, que apresentam pressupostos metodológicos e fundamentação teórica consistentes para o ensino, abrangendo os diversos conteúdos nas diferentes áreas do conhecimento. O eixo principal são as especificidades da própria cultura, arte e história da cidade e do estado, além de atender às orientações propostas pela LDB nº. 9.394/96. Ainda há muito que se fazer, mas ações como o Fórum de Educação Musical da Bahia e os Encontros da ABEM fortalecem as discussões e geram novos rumos para uma educação musical efetiva e atuante em todos os níveis de ensino.

**Palavras chave:** Marcos de aprendizagem, Prefeitura Municipal de Salvador, Educação Musical

### Introdução

O ensino de música nas escolas públicas regulares do município de Salvador está se consolidando. No último concurso público, realizado em 2010, foram abertas 25 vagas para professores de música. Porém, desde 1999 são ofertadas vagas para profissionais de licenciatura em Música, Dança, Teatro e Artes Visuais, conforme a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96. Aproximadamente, o número de professores de música na rede municipal atualmente chega a noventa porém, o número de escolas da rede municipal é de quatrocentos e vinte e sete. Vemos, assim, a necessidade de uma demanda a ser preenchida.

Em junho de 2008, a Prefeitura Municipal de Salvador, por meio da Secretaria de Educação, reuniu os professores de arte da rede e organizou diversos encontros para que fossem redigidos e definidos novos marcos educacionais para cada linguagem da área de Artes, cujo objetivo seria nortear o trabalho dos professores do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.

Os marcos de aprendizagem apresentam pressupostos metodológicos e fundamentação teórica consistentes para o ensino, abrangendo os diversos conteúdos nas diferentes áreas do conhecimento. O eixo principal são as especificidades da própria cultura, arte e história da cidade e do estado, além de atender às orientações propostas pela LDB nº. 9.394/96.

### **Educação Musical na escola básica de Salvador**

Antes mesmo de ser aprovada a Lei 11.769/08, já havia professores de música nas escolas regulares do município de Salvador e, conforme citado anteriormente, desde 1999 o concurso público se alinhou às demandas solicitadas pela nova LDB.

Desta forma, ainda entrando em consonância com as orientações da LDB-9394/96, neste mesmo ano a Secretaria Municipal da Educação e Cultura elaborou o documento *“Escola, Arte e Alegria: sintonizando o ensino municipal com a vocação do povo de Salvador”*, no qual a educação musical é tratada como um dos saberes necessários à formação do ser humano.

Encontramos essa intenção descrita no primeiro parágrafo do seu texto introdutório quando diz:

A educação nacional vive um período de efervescência. Entre outras conquistas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação entrou em vigor, consolidando a função social da escola, estimulando o saber crítico e sinalizando competências para os sistemas municipais de ensino. A escola não tem mais fronteiras. Ela agora interage não só com o meio ao seu redor, mas com todo o planeta, na aldeia global da internet. (SALVADOR, 1999.p.11)

Neste documento, ainda encontramos explicações em relação ao seu papel e função:

Este documento contém diretrizes que vão nortear a prática pedagógica nas escolas da rede municipal de ensino, enfatizando o papel da Educação para formar cidadãos mais integrados às demandas do mundo contemporâneo. O objetivo maior deste trabalho é tornar a escola mais identificada com sua comunidade, para que ela possa, realmente, atuar como alavancadora das transformações sociais. Esta escola mais alegre e dinâmica tem mostrado sua força com inúmeras experiências bem sucedidas na rede municipal de ensino. (SALVADOR, 1999.p.11)

Dentre outras orientações, encontramos neste documento, já segmentadas, as diversas áreas das artes, assim como orientações onde encontramos a música como uma das disciplinas a serem oferecidas na Rede Municipal de Educação da cidade do Salvador.

No capítulo referente ao ensino de música, o documento traz a caracterização da Área, onde faz uma explicação histórica, pedagógica e filosófica sobre a música, depois apresenta o objeto de estudo onde localiza a música na sociedade brasileira, assim como a influência desta no comportamento e desenvolvimento humano. Também traz uma abordagem sobre o papel da música na escola, a visão e objetivos, bem como observa o potencial da música como fomentadora de projetos bem sucedidos no campo dos temas transversais e interdisciplinaridade. Além disso, aborda as competências a serem desenvolvidas pelos alunos através da musicalização e finaliza explicando o papel da mediação do docente e como a música interfere positivamente neste processo.

Apesar de percebermos de forma evidente que este documento não traz reflexões mais profundas quanto o papel da música na escola, é bastante pertinente esclarecer que este fora criado num período em que as discussões sobre o retorno da música na escola estavam se consolidando. Neste sentido, torna-se um documento relevante e apresenta ações afirmativas dentro do âmbito municipal.

Em decorrência dessa nova demanda, assim como as orientações pedagógicas da rede municipal de educação, foram criados os *Cadernos de Apoio à Prática Pedagógica*,

um instrumento estratégico da nossa luta diária para aumentar os índices de desempenho acadêmico dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Os Cadernos de Apoio à Prática Pedagógica apresentam vários blocos de sugestões com diferentes gêneros textuais e algumas atividades voltadas para aquisição da base alfabética e ortográfica dos alunos,

subsidiando os professores no seu saber-fazer pedagógico (SALVADOR, 2007).

Em relação ao ensino de música, o caderno “Cantigas de roda / Músicas infantis”<sup>1</sup> é o único que apresenta em seu título o termo “música”, embora tenham outros cadernos que utilizam temas que também são abordados nas aulas de música tais como parlendas, provérbios, trava-linguas. O caderno se destina à Educação Infantil, Ciclos I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não possui nenhum referencial teórico da área de Educação Musical.

### **Os Marcos de Aprendizagem**

Conforme citado anteriormente, em junho de 2008, a Prefeitura Municipal de Salvador, por meio da Secretaria de Educação, reuniu os professores de arte da rede e organizou diversos encontros para que fossem redigidos e definidos novos marcos educacionais para cada linguagem da área de Artes, cujo objetivo seria nortear o trabalho dos professores do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. A finalidade dos marcos de aprendizagem é elencar competências, conteúdos e habilidades para suprir as necessidades a que se propõe cada disciplina do âmbito das artes.

A partir destas reuniões e nas conversas com diversos colegas da área, percebemos uma inquietação a respeito da visão que a educação musical apresenta na escola, diante de professores muitas vezes alheios à função da música no ambiente escolar.

A iniciativa de criação deste trabalho aconteceu num momento muito pertinente, pois até então existiam somente as orientações advindas dos PCN’s, que foram escritos para atender a uma demanda nacional. No contexto municipal, não existiam orientações sistematizadas e contemporâneas, para que os professores se orientassem na aplicação das suas práticas pedagógicas. Além de atender às solicitações e críticas de tais profissionais quanto à efetivação de um currículo baseado nas necessidades reais percebidas em sala de aula, o documento não propunha um currículo preparado apenas com bases teóricas e

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-cenap/publicacoes/caderno%20de%20apoio%20a%20pratica%20pedagogica%20cantigas%20de%20roda%20e%20musicas%20infantis.pdf>

imposto de forma arbitrária, que não atendesse questionamentos, idéias e as experiências vividas pelos professores.

Durante os encontros que ocorreram, foram levantadas diversas questões relacionadas à prática pedagógica. Os questionamentos mais relevantes foram em relação à formação do educador musical, quais os materiais que estes profissionais encontravam em sala de aula, de que forma poderiam contribuir com o conhecimento e prática aprendidos na graduação e qual a sua aplicabilidade diante da realidade que estavam encontrando agora.

Sobre esta realidade, há o questionamento de como desenvolver um trabalho eficaz de educação musical na escola regular, dentro dos moldes obrigatórios que a prefeitura estabelecia: somente uma aula por semana, com duração de 50 minutos. Na grande maioria das escolas de Salvador, a existência de uma sala destinada às aulas de música é rara. As aulas ocorrem nas salas em que os alunos ficam com a professora generalista, sala esta com cadeiras e mesas, desta forma reduzindo bastante o espaço para a aplicação de atividades que ofereçam possibilidades de movimento.

Depois de discutidos estes e outros questionamentos, deu-se o primeiro passo para a efetivação do documento, buscando inicialmente agregar os professores de música, criando uma lista de e-mails onde os professores poderiam trocar idéias, resolver dúvidas e dar sugestões.

Num primeiro momento ocorreram reuniões sucessivas com a finalidade de levantar conteúdos possíveis para a efetivação do currículo, e com a participação de todos os professores de música da rede, foram agregados diversos conteúdos e discutidas as possibilidades de implantação destes, assim como a sua relevância no trabalho de educação musical destinado à escola regular.

Para organizarmos estas etapas, e também para auxiliar ao longo do processo de construção do documento, contamos com a participação de uma Pedagoga da Secretaria de Educação da prefeitura, que nos orientou como organizar aqueles conteúdos dentro do formulário padrão utilizados para este destino em todas as disciplinas.

Após estas reuniões gerais, onde todos os professores foram convidados a participar, deu-se início o processo de organização e formatação do material selecionado.

Para este processo, foram escolhidos três professores, formando o grupo de sistematização que, juntamente com a pedagoga da prefeitura, foram elencando os eixos, competências, conteúdos e habilidades.

A sistematização deste trabalho seguiu as orientações dos PCN Arte (1997). Sendo assim, foram elencados os três eixos a serem trabalhados:

- ; Apreciação e percepção musical
- ; Composição e improvisação
- ; Performance e execução musical

A partir dos eixos, todo o trabalho foi desenvolvido com a ideia de ajustar todas as orientações pedagógicas, como aspectos legais obrigatórios a serem trabalhados e o desenvolvimento das competências e habilidades dentro dos conteúdos propostos. Segundo o dicionário Aurélio, competência “é a qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade”.

Macedo (1999) distingue competências e habilidades, afirmando que

A diferença entre competência e habilidade, em uma primeira aproximação, depende do recorte. Resolver problemas, por exemplo, é uma competência que supõe o domínio de várias habilidades. Calcular, ler, interpretar, tomar decisões, responder por escrito, etc., são exemplos de habilidades requeridas para a solução de problemas de aritmética. Mas, se saímos do contexto de problema e se consideramos a complexidade envolvida no desenvolvimento de cada uma dessas habilidades, podemos valorizá-las como competências que, por sua vez, requerem outras tantas habilidades. (MACEDO, 1999, p.19)

Assim, para cada eixo, são descritas as competências, os conteúdos e as habilidades relativas ao ensino de música, abrangendo as suas particularidades.

O eixo *Apreciação e Percepção Musical* apresenta as seguintes competências:

- ; Alcance progressivo do desenvolvimento auditivo musical, rítmico, melódico, harmônico e tímbrico e a memória musical nos processos de apreciação e percepção;
- ; Apreciação significativa em música através de obras musicais de diversos gêneros, épocas e culturas (o processo de escuta, envolvimento e compreensão da linguagem

musical).

No eixo *Composição e Improvisação*, encontramos como competências:

- ; Comunicação e expressão através da linguagem musical;

Para o eixo *Performance e Execução Musical*, temos como competências:

- ; Aquisição, através da performance musical, de formas de expressar-se e comunicar-se.
- ; Desenvolvimento, consciente e consistente de habilidades e conhecimentos rítmicos, melódicos, harmônicos e psicomotores.

Diante dos eixos e competências pesquisados, foram elencadas habilidades pautadas nas sugestões trazidas anteriormente pelos professores da rede.

Logo após a finalização deste trabalho, foi pensada uma forma de apresentação dos marcos aos professores da rede de todas as áreas, bem como diretores e coordenadores pedagógicos. Além disso, foi firmado um acordo com os professores para que, a cada três anos, este documento fosse reavaliado, adequando-se com as necessidades percebidas a cada período.

Este trabalho foi desenvolvido respeitando todas as orientações trazidas pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal do Salvador e hoje se encontra em processo de implantação. Se encontra disponível no site da prefeitura municipal.

## Considerações

Houve mudanças significativas de 2010 até o presente momento. Com o concurso realizado em 2010, pelo menos 25 novos professores de música ingressaram na rede e ainda estão sendo convocados aqueles que foram classificados. Além disso, em 2014, foram reformulados os horários das disciplinas chamadas diversificadas (Música, Inglês, Teatro, etc.). Os educadores musicais passaram a atuar somente no Ensino Fundamental I e II, sendo retirados da Educação Infantil e do Ensino de Jovens e Adultos. Com isso, as turmas do 1º ano letivo passaram a contar com 3 horas/aulas semanais (150 minutos) e as demais turmas do Ensino Fundamental I (2º ao 5º) contaram com 2 horas/aulas semanais (100 minutos).

Essa redistribuição da carga horária e o afastamento dos professores da educação infantil e do EJA tem gerado discussões na Secretaria de Educação e contribuem para reforçar o acordo feito em 2010, sobre a reavaliação dos marcos de aprendizagem de educação musical. Assim, ações como o Fórum de Educação Musical da Bahia e os Encontros da ABEM fortalecem as discussões e geram novos rumos para uma educação musical efetiva e atuante em todos os níveis de ensino.

## Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: arte*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MACEDO, Lino de. *Eixos teóricos que estruturam o ENEM: conceitos principais*. Brasília: MEC/INEP, 1999.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. *Escola Arte e Alegria: sintonizando o ensino municipal com a vocação do povo de Salvador*. SMEC, 1999.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. *Apoio à prática pedagógica: cantigas de roda / músicas infantis*. SMEC/CENAP, 2007.